

III — AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICO-  
PARTICULARES DO ESTADO NACIONAL  
BRASILEIRO

Nos capítulos anteriores procuramos demonstrar que a formação social (ou econômico-social) brasileira articula-se ontologicamente enquanto uma particularidade capitalista, a partir de especificidades próprias à sua gênese colonial, no que se refere às suas relações de produção e às forças produtivas. O nosso objeto de análise, agora, é a superestrutura que se ergue sobre essa base material estudada, suas características e dinâmicas próprias. A sociedade brasileira, escravista, tendo em seu bojo "colorações" ao gosto aristocrático, será pautada por um conservadorismo extremado, que se expressará tanto nas idéias das "classes dominantes" como em sua prática político-econômica. Essa tendência conservadora — que em muitos momentos configura-se como verdadeiramente reacionária — da burguesia agrário-mercantil brasileira, liga-se de maneira intrínseca à própria estrutura da forma de produção: rudimentar autocrática e, de certa forma, estagnizante. Historicamente débil e, em última instância, subsumida aos desígnios do monopólio metropolitano, a burguesia brasileira esteve direcionada às composições e acordos com os burgueses reinóis, colocando, assim, as fronteiras da convivência pacífica nos limites da garantia da produção escravista e do tráfico de negros — o suprimento fundamental de mão-de-obra para as lavouras monocultoras.\*

O Brasil, desde meados do século XVIII, passa a ser o elemento basilar da economia do Império português, enfraquecido pela crise do sistema colonial, arcaico e vinculado aos interesses britânicos. A descoberta do ouro provocará o desenvolvimento de cidades e o surgimento de uma "camada média", de nítido caráter urbano, ainda que em resumido número. Mas é a tradicional burguesia agroexportadora, latifundiária e escravista, que sedimenta-se como poder, em meio às contradições que começam a brotar no bojo da sociedade colonial brasileira, já na segunda metade do século XVII, quando o país havia atingido um desenvolvimento econômico bastante considerável, exportando cerca de

quatro mil contos anuais, apesar da opressão colonial que lhe drenava os recursos para a decadente metrópole.<sup>113</sup>

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa — que materializava o surgimento da matrícula capitalista —, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda real aqui produzida reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do "Exclusivo Colonial" português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o "móvel" da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia "anômala", determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas consequências imediatas, do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do "Partido Brasileiro", capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de real ruptura com a estrutura colonial da economia brasileira.

Não que posturas mais radicalizadas existissem. Elas localizavam-se na pequena burguesia urbana e até propugnavam a industrialização do país. No entanto, essas "camadas médias" da nascente sociedade nacional não possuíam uma real base social para concretizarem suas propostas desenvolvimentistas, na medida em que "[...] elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favorável para sua libertação econômica e social. Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vezes atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país".<sup>114</sup>

Nesse contexto, as relações de produção e de classe seguiam inalteradas, pois a estrutura produtiva permanecia de caráter colonial. A luta política desencadeada pelos setores da pequena

burguesia urbana e pelos funcionários públicos de formação liberal — as "camadas médias" — não conseguirá alterar as perspectivas econômico-sociais da burguesia brasileira. Desse modo, a proposta de uma revolução anticolonial, não ultrapassará as fronteiras de uma duvidosa emancipação política. A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura sócio-econômica colonial, possibilita que a burguesia latifundiária assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o "perigo" de transformações mais radicais. Como acentua Emilia Viotti, é a aversão às formas democráticas de governo, a desconfiança no povo, composto em sua maioria por escravos, que poderiam por em xeque a escravidão, o fator que levará a "classe dominante" brasileira a contemporizar o máximo possível com a monarquia portuguesa. Com a impossibilidade dessa conciliação, D. Pedro apareceu como o instrumento político que propiciaria a emancipação em relação a Portugal, sem a participação popular e sem a temida democratização da sociedade.<sup>115</sup> Essa "articulação pelo alto" — que levou a uma ruptura com Portugal, à unidade das frações de classes em luta e à entronização de D. Pedro sem os traumas de uma convulsão social, com a inevitável participação das massas populares — proporcionou um momento de rearquituração dos grupos em disputa e refletiu a homogeneidade — na maioria dos líderes da independência — da postura de alijar as massas de qualquer processo político-social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular das frações burguesas em disputa.

Fica demonstrado, através desses elementos componentes da ação político-ideológica da burguesia brasileira, como a ideologia dominante engendra-se numa formação social capitalista de extração colonial. Desde sua formação, o Estado nacional brasileiro trará em seu âmago dois aspectos que comporão sua superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciarão situações tardias de desenvolvimento capitalista

<sup>113</sup> Ver Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1971), p. 32.

<sup>114</sup> Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, cit., pp. 46-47.

<sup>115</sup> Cf. Emilia Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos* (São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979), p. 41 e ss.

(onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inherentes à situação de particularidade escravista e latifundiária. Portanto, não podemos reduzir a postura das “élites” brasileiras à de meros manipuladores das idéias liberais; esse é apenas um dos aspectos e se configura como simples epifenômeno determinado pela anamnia social brasileira, porque a “absorção colonial” do liberalismo é, concretamente, engendrada pela organização produtiva agroexportadora e escravista. Além disso, como parte integrante de um Império cuja metrópole é decadente e tardia, com relação ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, tendo uma estrutura econômica e social estagnante e subsumida a interesses ingleses, a formação social brasileira não ficará imune a essas influências que entendemos fundamentais na conformação de sua superestrutura.

\* \* \*

Iniciemos, então, pelos elementos ideológicos presentes na superestrutura de Portugal, ainda que no sentido de um breve approach, pois não caberia, aqui, analisar todo o processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal, nem de todas as formas ideológicas que dele se desprendem. Essas rápidas considerações se fazem necessárias para que entendamos onde estão localizados os aspectos que, de maneira profunda, influenciarão o conjunto da superestrutura brasileira. É preciso, ainda, ressaltar que a análise dos aspectos conformadores da superestrutura brasileira, presentes também na superestrutura da formação social portuguesa, não aparece como mera “transposição mecanicista” de realidades mas, ao contrário, eleva os elementos constitutivos de uma totalidade (Império português), por onde passam, mesmo que se preservem as diferenciações morfológico-particulares, determinações do conjunto da estrutura produtiva e social do Império português. Assim, ao estabelecermos uma relação entre os componentes superestruturais das formações sociais de Portugal e do Brasil, não estamos nos referindo a mecanismos de “causas-efeitos” ou de “conexões recíprocas”, de onde estão ausentes as causalidades próprias da dialeticidade mesma do real. Conforme já nos referimos anteriormente, vemos a realidade como um complexo constituído e formado pela estrutura econômica e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem

na produção e no relacionamento com os meios de produção,<sup>116</sup> unindo, dessa forma, as conexões, enquanto totalidade concreta, de todas as dimensões da vida social.

A situação de atraso econômico de Portugal está determinada pelas injunções do processo de acumulação originária, quando, como já ficou evidenciado, temos a incrementação da manufatura e do assalariamento, basicamente — e pela ordem de importância — na Inglaterra e na França, o que ampliou a participação desses países na conquista dos mercados mundiais. O processo de desenvolvimento do capitalismo industrial inicia, assim, uma nova etapa, marcando o início da decadência dos reinos ibéricos; primeiro Portugal e depois a Espanha. Na verdade, estava Portugal (assim como a Espanha) pagando o tributo histórico de ter sido o pioneiro no “arranque” mercantilista e, de certa forma, ter encarando a própria transição do feudalismo para o capitalismo.

A burguesia mercantil portuguesa, além de manter um intenso e especializado nível de comércio de variadas e caras mercadorias, distribuía em seu próprio mercado interno manufaturados estrangeiros, o que, sem dúvida, inibia o desenvolvimento de sua produção manufatureira, mantendo-a arcaica e estagnada, num contexto histórico onde o assalariamento e a produção em larga escala solidificavam-se. Dobb nos dá a dimensão desse processo:

[...] com o século XVI a era do capitalismo teve seu início verdadeiro. Todas as indústrias novas são centralizadas, recrutam seus inúmeros trabalhadores em meio ao exército crescente dos desempregados. No século seguinte, o da regulação colbertiana, vemos um sistema bastante desenvolvido de indústria dependente organizada pelos mercadores-fabricantes (como em Sedan, Rheims, Lyon e Elbeuf, por exemplo) quanto também de manufábricas por capitalistas, usando capitais consideráveis e empregando às vezes, centenas de assalariados em centros tais como Montauban, Rheims, o Distrito de Carcassone e Louviers.<sup>117</sup>

Mergulhado nos moldes do mercantilismo da primeira fase do processo da acumulação capitalista, Portugal possuía corporações de ofício fortes, em função dos baixos investimentos nas

<sup>116</sup> Cf. Karel Kosik, *A dialética do concreto* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976), p. 105.

<sup>117</sup> Cf. M. Dobb, *A evolução do capitalismo*, cit., p. 99.

manufaturas, ainda em fins do século XVI e durante o século XVII. Assim, o que demonstra os claros sinais de estagnação da economia portuguesa não é só a permanência, mas o fortalecimento das corporações de ofício, num momento em que outros países, elas iniciam seu enfraquecimento. A união com Espanha, a partir de 1580, demonstra como Portugal entrará no conjunto estrutural da economia mundial do século XVII: a data de 1580, apenas complementar da estrutura econômica do império espanhol, basicamente no que se refere ao importante comércio com a Índia e com o extremo-oeste. Sevilha tornou-se o ponto de ligação de Portugal para as necessidades vitais de seu comércio. Nesse sentido, o apoio da burguesia lusa, para a união das coroas, foi fundamental na concretização do que ficou conhecido como União Ibérica, finalizando, assim, um melancólico processo de subsunção às burguesias estrangeiras, o que marcou de maneira profunda o teor extremamente regressista, repressivo e débil do Estado português.

A participação nas guerras de conquista dos Habsburgos acelerou sua ruína final, pois desencadeou, em todos os pontos do Império português, ataques das potências emergentes, principalmente da Holanda. Ingleses e franceses, também se aproveitaram da impotência lusitana, dominada pelos Habsburgos. A Inglaterra ocupou Ormuz e a França Madagáscar. Todo o opulento comércio português tombou nas mãos inglesas, francesas e, principalmente, holandesas.<sup>118</sup> A luta de libertação contra o domínio espanhol se dá sob a “proteção” inglesa e a subordinação das “classes dominantes” portuguesas aos interesses britânicos.

Já em 1642, amplas regalias foram concedidas aos comerciantes ingleses [...]; concedeu-se, mesmo no que tange à possessões ultramarinas, à Inglaterra, a condição de “nação mais favorecida”, com o que os mercadores ingleses passavam a ter acesso ao comércio colonial português. [...] No tratado imposto por Cromwell, alargava-se a brecha explicitando-se a permissão aos ingleses de negociarem, por conta própria, de Portugal para o Brasil e vice-versa (exceção feita do azeite, vinho, farinha e bacalhau e pau-brasil); ampliavam-se as isenções dos ingleses,

que passaram a gozar em Portugal de fôro privativo, com seu juiz conservador; por tudo isso, pode-se dizer mais tarde que o tratado de 1654 tinha sido a “Magna Carta” dos ingleses em Portugal.<sup>119</sup>

Podemos agora entender como Portugal vive o século XVII e o processo histórico de sua subsunção à Inglaterra. O fim da União Ibérica era, também, o término de qualquer pretensão de autonomia por parte da burguesia portuguesa. Assim, o tratado de Methuen foi somente a conclusão de um processo anterior de dependência gradativa. Nos inícios do século XVIII, temos a efetivação do controle britânico sobre o comércio português. As manufaturas têxteis restantes em Portugal tiveram, então, sua sentença de morte declarada. A obrigação inglesa de, em troca de seus têxteis, comprar vinhos portugueses, que dava a essa relação uma aparência de comércio entre pares, de fato, não passava de uma farsa, pois os capitais britânicos atingiam e dominavam também a produção vinícola portuguesa. Além do mais, fundamentados no *Navigation Act* de 1651, os ingleses realizaram os transportes dos produtos portugueses em suas frotas comerciais. Desse modo, os britânicos asseguram seus capitais investidos na produção vinícola portuguesa. Todo o transporte dessa produção à Inglaterra será realizado por navios ingleses. Ao mesmo tempo, forneciam produtos alimentícios a Portugal, cuja população havia abandonado seu cultivo para implementar o da vinha.<sup>120</sup> Seria incorreto, pois, pensarmos que os tratados com a Inglaterra foram os determinadores da fragilidade do capitalismo português. O que temos é que sempre a economia portuguesa e, consequentemente sua burguesia, ficou em torno de interesses mercantilistas e esse direcionamento, ontologicamente posto, foi o causador efetivo do capitalismo tardio português. A questão do desenvolvimento industrial português, principalmente a vinculada à produção têxtil, esteve sempre associada aos interesses da balança de pagamentos. Permitia-se ou proibia-se a entrada de produtos estrangeiros, de acordo com as oscilações de uma economia de tipo mercantilista.

<sup>118</sup> Cf. Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (São Paulo: Ed. Hucitec, 1979), p. 22.

<sup>119</sup> Veja-se Nelson Werneck Sodré, *As razões da Independência* (Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira, 1969).

[...] o fato é que o fomento industrialista é sobrenomeira tardio em Portugal na Era Moderna. Destarte, a metrópole do Brasil atingia o último quartel do século XVIII com uma enorme defasagem em relação aos países na vanguarda do desenvolvimento económico. Assim é que, ainda nesta última, tumbuosa e, sob tantos aspectos brilhante, etapa do Antigo Regime, o pensamento económico português, apesar de informado já por outras linhas de idéias e bafejado pelo otimismo tão característico da ilustração, mantém muito vivo no centro de suas reflexões o problema herdado dos mercantilistas: o atraso e a decadência.<sup>121</sup>

E é esse elemento norteador mercantilista que dá a dimensão que as colônias, e particularmente a do Brasil, têm na estrutura produtiva de Portugal: no quadro geral de assentamento das idéias livre-cambistas, o Estado português reforça as arcaicas instituições absolutistas, durante o século XVIII, accentuando-se no período pombeiriano, apesar de sua política modernizadora. Nesse quadro estrutural de retardamento de sua estrutura produtiva situa-se, também a absorção, por parte da burguesia portuguesa, de um liberalismo “reformado” e adequado para a conciliação e não para transformações revolucionárias. Fundamentalmente, o que ocorrerá, durante a modernização implementada por Pombal, não irá além de uma alternativa reformista, pelo alto e conciliatória.

Vemos, assim, que em Portugal, novamente, passam a conviver o “velho” e o “novo” mas em direção muito distinta do

121 Cf. Fernando Novais, *op. cit.*, p. 133.

“O que merece ser registrado é que, ao contrário do que pareceu a muitos estudiosos e comentadores do Tratado de Methuen, esse acordo comercial não teve reflexos tão poderosos quanto se pensa no desenvolvimento da indústria portuguesa de panos. Os efeitos do aludido tratado, na verdade interessantes e profundos, não encontraram, nesse terreno, a amplitude que lhes foi atribuída. Portugal não desenvolveu as suas indústrias, isto é, não paralisou o desenvolvimento delas, em particular a de panos, porque tivesse firmado e mantido o Tratado de Methuen e, provavelmente, não as teria desenvolvidas, se não tivesse firmado o referido tratado [...]”.

O fundamental residia no contraste entre uma economia em pleno e ascensional desenvolvimento capitalista e outra que havia permanecido nas primeiras etapas desse desenvolvimento. A subordinação da segunda à primeira era, portanto, inevitável.” Nélson Werneck Sodré, *op. cit.*, pp. 29-30.

ocorrido no século XIV, quando o “velho”, o feudalismo, convivia com novas formas produtivas, de caráter mercantil-capitalista, sendo que o primeiro estava subsumido à segunda. Não há, no Portugal pombeiriano, uma ruptura com a velha estrutura mercantilista. O elenco constituinte do “novo” estava, então, subsumido ao “velho”, na formação social portuguesa. Objetivamente, isso quer dizer que, mais do que nunca, Portugal dependia economicamente de suas colônias e, portanto, da estrutura económica mercantilista. Se analisarmos, comparativamente, podemos ver que no Continente, o protecionismo criou condições objetivas que potencializaram-se em pólos de desenvolvimento, convergindo em direção a um desenvolvimento industrial. Em Portugal, como resultado de sua estagnação estrutural, a forma mercantilista predominante impediou e retardou o processo industrializador. No entanto, havia a previsão de transformações que tornasse Portugal uma economia adaptada às novas situações plenamente burguesas, do quadro mundial. Será, então, essa necessidade que dará as diretrizes do processo conciliatório, que aliás, como bem diz Lukács, foi comum nos Estados atrasados de caráter absolutista ou feudal: “[...] vemos como, nos pequenos Estados absolutistas-feudais, se faz sentir, cada vez com mais força, a necessidade de aburguesamento. Começa a destacar-se aquele compromisso de classe entre a nobreza e a pequena burguesia, sob o predomínio da primeira [...]”<sup>122</sup>

Portanto, não ocorre, como nas formações sociais onde o desenvolvimento do capitalismo não aparece tardivamente, uma ruptura revolucionária, mas sim uma *articulação conciliatória*, onde as camadas populares são mantidas à margem. Esse tipo de sociedade, como resultado da própria relação social em que está assentada, configura-se como um Estado mercador tendo, por “tipo social” uma nobreza mercantil dominante; um *bourgeois-gentilhomme*. Juntamente com isso, temos também, o alto funcionários-mercador enobrecido. Nessa sociedade, onde a estrutura econômica dominante é o mercantilismo, coexistem a mentalidade burguesa e a nobre-mercantil. Daí, ser ela ambígua, sendo que é nessa ambigüidade que encontramos os nexos lógicos para que expliquemos a não-existência de uma burguesia de mentalidade indus-

122 Cf. György Lukács, *El salto a la razón* (Barcelona: Ed. Grijalbo, 1972), p. 33.

trial forte e hegemônica. Torna-se importante observar, a partir dessas considerações, que a situação estrutural da economia de transição do feudalismo para o capitalismo sofreu um processo realmente enrijecedor. No entanto, isso não quer dizer *infallido*, pois não temos mais o mesmo quadro sócio-econômico dos séculos XV e XVI. Alterações — e de profundo teor histórico — ocorrem e, diga-se, modernizadoras, se não por razões internas, mas pelo próprio rigor que adquire a economia mundial, a partir do século XVII. Processa-se agora, ainda que lentamente, a transformação dessa nobilarquia, surgida já nos fins dos trezentos, com vitória da Revolução de Avis, em burgueses comerciantes, mesmo que imbebidos nas tintas aristocráticas. Coloca-se novamente para a burguesia portuguesa a necessidade de retomar a acumulação capitalista, interrompida com o domínio espanhol. O Estado assume (e como tradicionalmente, desde 1385, assumiu) o papel de coordenador desse processo acumulador em favor da burguesia portuguesa. “Assim, as funções do Estado na acumulação do capital e, portanto, na consolidação econômica da burguesia nascente [ainda que de tipo débil e subsumida aos designios dos pólos centrais capitalistas], que lhe fundam o conteúdo de um Estado de características capitalistas (como tipo capitalista de Estado), do prisma do poder estatal, são meios para a sua própria constituição como Estado absolutista.”<sup>123</sup>

Essa estrutura sócio-econômica permitirá o desencadear de um processo de modernização, onde o próprio elemento inovador é introduzido com o objetivo de manter vivos os aspectos fundamentais da economia lusitana, isto é, o mercantilismo. A continuação da economia mercantil no governo de Pombal, articulada com uma política fortemente reformadora de conteúdo ilustrado, demonstra a ambigüidade determinada pela situação objetiva de atraso econômico. Todo o pensamento liberal produzido em Portugal será, então, direcionado, fundamentalmente, para uma perspectiva de reformas com sentido conservador do *status quo*. Outro aspecto de grande importância é o de que os pensadores ilustrados

do reino português, expressando as determinações da materialidade da anatomia social lusa, não serão apenas portugueses, mas também brasileiros; E essa ilustração de cunho reformista aponta para o “ecletismo” assumido tanto pelos primeiros como pelos segundos (os luso-brasileiros). O fato notório é que portugueses e luso-brasileiros procuraram adequar as teorias iluministas às condições particulares de Portugal e do Brasil, sendo que ambos defendiam o mercantilismo dentro do “ramo útil” específico de cada formação social.

As adequações do pensamento revolucionário burguês ao atraso do reino português originaram, então, um tipo de “mercantilismo ilustrado”. Essas “idéias adequadoras” estenderam-se também à “élite” brasileira. Apareciam então como duas faces de uma mesma moeda, quer dizer, o Império português. Diferenciavam-se no entanto, no que se refere aos aspectos ligados a interesses das atividades econômicas específicas, atividades essas, umbilicalmente interligadas. Alterações de caráter revolucionário que pudessem, de alguma forma, pôr em risco a base das relações de produção existentes, eram temidas tanto pela burguesia metropolitana como pela colonial. Para a primeira, seria o rompimento com a estrutura metropolitana do mercantilismo, com uma desastrosa consequência de perda do controle colonial, levando a economia do Império à bancarrota absoluta; para a burguesia colonial brasileira, seria o fim da estrutura latifundiária e escravista e o fim do seu poderio político e econômico no Brasil. A crise mundial que se delineava, com as revoluções burguesas, punha no horizonte a ameaça às relações escravistas e ao próprio tráfico, o que leva a burguesia a buscar a conciliação com as propostas metropolitanas. Vemos, assim, que tanto em Portugal como no Brasil, as idéias reformistas surgem como determinação de um processo de modernização refreadora de mudanças fundamentais na estrutura social e produtiva. Portugueses e luso-brasileiros valem-se das “novas” teorias adequadoras da ilustração à “reação conservadora”, que já se delineava na Europa, indicando a transformação do liberalismo revolucionário em liberalismo conservador e prenunciando a de-

<sup>123</sup> Cf. Heloisa R. Fernandes, *Política e segurança* (São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1973), p. 55. Veja-se também Antônio Moreira, “Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII”, em *Pombal revisitado* (Lisboa: Ed. Estampa, 1984).

guesia contra as sobrevivências do feudalismo está então acabado: sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente".<sup>124</sup>

No Brasil, o "ecletismo" terá sua própria feição específica e, como diz Paim, "representa o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas idéias penetram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação".<sup>125</sup> O pensamento ecletico, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma luva ao "espírito" conservador das "élites" nacionais. Mas a utilidade do ecletismo para a burguesia agrária do Brasil vai além: "[...] urge conciliar o anseio de modernidade com as peculiaridades da situação brasileira; valorização da experimentação científica num meio que não dispunha de condições efetivas para realizá-la; adoção dos princípios do liberalismo econômico quando as atividades produtivas eram realizadas pelo braço escravo; disposição de praticar liberalismo político defrontando-se, ao mesmo tempo, com o imperativo de preservar a unidade nacional; empenho de dotar o país de instituições modernas partindo de muito pouco".<sup>126</sup> O ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do *status quo*, utilizando-se as reformas "pelo alto". Sem os perigos de uma revolução, sem rupturas, tomava-se o passado dos tempos coloniais, conciliando-o com as novas formas políticas

<sup>124</sup> György Lukács, *Existencialismo ou marxismo?* (São Paulo: LECH, 1979), pp. 32-35.

Como diz Joel Serrão, ao tratar do liberalismo na Península Ibérica (e que extenderemos à burguesia agrária brasileira): "E daí que o percurso ideológico do liberalismo peninsular, e bem marcadamente o português, se apresente sobretudo sob a roupação 'regeneradora' e evite a Lingüagem e os atos caracterizadamente revolucionários. Genética e programaticamente, ele tende para um compromisso entre o antigo e o novo, entre a estabilidade (imperial) e o impulso removente de um nacionalismo reverdecido e potenciado pela idéia-força de comparticipação nacional na coisa pública". "Democratismo versus liberalismo", em *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX* (Lisboa: Sá da Costa Editora, 1982), vol. I, pp. 4-5.

<sup>125</sup> Cf. Antônio Paim, *História das idéias filosóficas no Brasil* (São Paulo: Ed. Grijalbo/EDUSP, 1970), p. 203.

<sup>126</sup> *Ibid.*

organizativas que o Brasil irá necessitar, após sua emancipação política.<sup>127</sup> Será assim, escorada nessa postura ideológica, que a burguesia brasileira fundamentará sua prática política, a partir da permanência da Corte portuguesa, direcionando-a, posteriormente, para o processo de emancipação.

A independência do Brasil teve como motor a própria crise mundial da estrutura mercantilista e a desconexão do Brasil com os propósitos recolonizadores de Portugal que, reforçados pela "Revolução Liberal" do Porto, adequaram o liberalismo à replantação do arrocho colonial para o Brasil. De fato, foram as propostas recolonizadoras que determinaram, em última instância, o desenvolvimento do processo emancipador, por parte da burguesia, pois enquanto as intenções lusas não se tornavam nítidas, muitos componentes da liderança política do país eram partidários da união com Portugal. O grande questionamento inicial da burguesia agrária nacional era o redimensionamento da participação nas decisões do Reino Unido. Essa reivindicação de redimensionar o poder político do Reino, era, na verdade, a intenção dos burgueses da colônia de retomar a autonomia perdida no século XVII, com o recrudescimento da política metropolitana, após 1640 e reconquistada nos inícios do século XIX (1808). Cabe observar que isso não quer dizer que o Estado metropolitano deixou, durante os séculos XVII e XVIII, de encarnar as aspirações e necessidades concretas da burguesia colonial a nível mais geral, em que pesem as eclosões regionalizadas de rebeliões que visavam muito mais a opressão exercida pelo "exclusivo colonial" do que a Coroa Portuguesa, como nos demonstram os episódios de 1641 em São Paulo, o "Bequimão" maranhense, a Guerra dos Mascates, a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Vila Rica, estes últimos já no século XVIII, resultantes da política do ouro metropolitano.<sup>128</sup> Mesmo os movimentos de conteúdo político-filosófico mais elaborado, como a romântica Inconfidência de Minas Gerais ou a mais radical e popular Revolta dos Alfaiates da Bahia, não chegaram a expressar, para o conjunto da burguesia rural brasileira, um abalo

<sup>127</sup> Cf. Leopoldo Zéa, *El pensamiento latino americano* (Barcelona: Ed. Ariel, 1976), p. 207.

<sup>128</sup> Para um estudo aprofundado do Brasil, durante o século XVIII, veja-se C. R. Boxer, *A idade do ouro do Brasil* (São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963).

do compromisso maior que os interesses econômicos engendravam. Essa unidade contraditória entre colonos e metrópole é explicada, fundamentalmente, pela própria situação de ser a economia colonial estruturada em relações de produção altamente expropriativas (a escravidão), mantidas sob coerção violenta. Além do mais, a pulverização regional, a que os donos de terras e de escravos estavam submetidos, contribuía para o reforçamento dos vínculos da burguesia colonial com a metrópole, pois somente o poder metropolitano poderia dar a "Pax" necessária à produção escravista e latifundiária. "Toda a paz desta sociedade se assegura por um compromisso do Estado com a casa-grande. Ele lhe transfere o poder que pode transferir, consente que lhe retire quase toda a oportunidade de interferência no governo da colônia, enquanto ela, por sua vez, o apoiará assim, porque de acordo com o sentido de seus interesses. E enquanto não se rompe esse compromisso, ela é por igual, a força conservadora da colônia, antrevolucionária, aliada do poder político".<sup>129</sup> No século XIX, a vinda da Corte para o Brasil irá reforçar a unidade político-territorial da colônia, que estará mais desenvolvida a nível do *quantum* produtivo, elevada à condição de pilar da economia do Reino. Assim, as contradições que permaneciam latentes (com eclosões ocasionais) começariam a se manifestar, na medida em que a colônia do Brasil iniciaria a tornar-se um conjunto territorial unificado, não mais pelos vínculos com a metrópole — como até então se dera —, mas movido por interesses específicos e historicamente possíveis de sua burguesia, e que passam a ser materializados a partir de um liberalismo, fundamentalmente econômico, que põe em xeque o monopólio e o absolutismo metropolitanos. O liberalismo, assimilado por este prisma, era dessa forma, "justificador" ideológico da liberdade pretendida, uma liberdade que não ia além da autonomia de comerciar sem os entraves do "exclusivo colonial" metropolitano; liberalismo esse pouco ideológico, assumido pragmaticamente para justificar a diminuição da intergência metropolitana nos negócios internos dos ricos fazendeiros, evidenciando a necessidade de uma nova estruturação do poder político, sempre tendo em conta o cuidado em excluir os outros segmentos componentes da estrutura social brasileira.

/A reivindicação de participar no poder do Estado era fundamentada, assim, em dois níveis: como primeiro aspecto, o Brasil — e, indiretamente, sua burguesia — havia se tornado, como já nos referimos, o sustentáculo da economia do Reino Unido. não havendo, por parte das "classes dominantes" brasileiras, grandes discordâncias com a estrutura geral da economia do reino, ou seja, o fundamento da estrutura produtiva mercantilista. Como segundo aspecto vemos que, de fato, não havia um choque da "cultura nacional", com a cultura portuguesa, na medida em que na formação do Brasil não houve uma real oposição cultural dos primeiros habitantes, dado o próprio caráter tribal do modo de produção aqui existente, quando da colonização. Ontologicamente, os "aparelhos ideológicos", se assim podemos chamar, da burguesia colonial do Brasil eram parametrados pelos da Europa e, particularmente, pelos de Portugal. Em outras palavras, a cultura européia não apresentava-se como um corpo estranho ao conjunto da formação social colonial brasileira. Ao contrário, ia sendo assimilada não só pelos portugueses, herdeiros históricos imediatos dessa cultura, mas também pelos negros africanos e pelos índios, na medida em que a cultura universal passa a ser o novo referencial (ainda que, inicialmente, sob o signo de um sincretismo) para esses grupos étnicos que têm sua estrutura cultural desgregada. "Desde o início, o Brasil já é herdeiro potencial daquele patrimônio cultural comum de que falaram Marx e Engels. A história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação — mecânica ou crítica, passiva ou transformadora — da cultura universal (que é evidentemente uma cultura altamente diferenciada) pelas várias classes e camadas sociais brasileiras".<sup>130</sup> Vemos que o problema da unidade cultural não surgiu como fundamental, a exemplo dos movimentos europeus, onde a questão da unidade nacional apareceu de forma aguda. O colonialismo já mantém o Brasil unificado. Assim, podemos dizer que a própria unidade territorial e cultural foi determinada pela metrópole colonialista, como reflexo

<sup>130</sup> Ver Carlos Nélson Coutinho, "Notas sobre a questão cultural no Brasil", em *Revista Escrita/Ensaio* n.º 1 (São Paulo: Ed. Escrita, 1977). Sobre o papel da língua portuguesa na unidade nacional, veja-se José Honório Rodrigues, *História viva* (São Paulo: Global Ed., 1985).

da identidade entre o Estado metropolitano e a colônia, a partir de aspectos superestruturais comuns às duas formações sociais.<sup>131</sup>

O rompimento com a Metrópole, então, se dá pela própria incapacidade portuguesa em atender as premissas adaptadoras das classes que detinham o poder no Brasil e, obviamente, pelo quadro econômico engendrado pelo capitalismo industrial. Nesse sentido, coloca-se, agora mais claramente, a questão central que se desdobra desse processo: sabemos que o elemento desencadeador do processo emancipacionista é a própria crise do sistema colonial. "Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura política do Brasil colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas [...]"<sup>132</sup> O que se destaca, como ponto crucial, dessa ruptura com a Metrópole é o caráter mesmo de seu processo. Faz-se necessário, portanto, avançar um pouco mais nessa problemática, a fim de localizarmos melhor a linha político-ideológica da Independência, situando o processo emancipacionista brasileiro no quadro das "vias" do desenvolvimento do capitalismo. Com isso, penetraremos na discussão do caráter das formas históricas que assumiram os "caminhos" burgueses para a conquista do poder, nas distintas formações sociais capitalistas — "vias de desenvolvimento do capitalismo" — para que possamos entender as suas *particularidades*, no sentido de localizarmos o próprio espaço histórico-particular do processo brasileiro. Dizendo de outra maneira, é de fundamental importância que se estude o caráter dos processos de desenvolvimento do capitalismo, a partir de seus caminhos particulares — "vias" — realizando-se suas identidades específicas, próprias de uma entificação que se objetiva a partir de situações histórico-concretas desiguais.

#### IV — O BRASIL NO QUADRO DAS "VIAS" DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

<sup>131</sup> Veja-se Heloísa R. Fernandes, *op. cit.*, p. 56 e *passim*, onde a autora analisa nessa direção.

<sup>132</sup> Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*, *cit.*, p. 47.

Essa análise se coloca na medida em que é, na situação concreta de cada formação social, possível determinar o real caráter que a revolução burguesa assumirá. Iniciemos pela "via clássica" do desenvolvimento capitalista. Assim denominamos as formações sociais que a materializaram, não como um "modelo" de desenvolvimento burguês — critica esta já realizada em capítulo anterior —, mas porque, efetivamente, expressam as formas e conteúdos genéticos da plenitude de um modo de produção em processo de enificação, onde temos uma total destruição do modo de produção feudal pelo desencadeamento de um processo revolucionário de caráter burguês. Nessas formações sociais (Inglaterra e França), como disseram Marx e Engels, cada momento da evolução efetivada pela burguesia era acompanhada de um processo político correspondente.<sup>133</sup> Mas tanto na Inglaterra como em França, a conquista do poder político é resultante de um confronto direto com a nobreza feudal — a revolução de 1640, no primeiro caso, e a de 1789, no segundo. No caso inglês, essa embate se processa no bojo de um longo desenvolvimento histórico das relações burguesas de produção, onde a propriedade senhorial vai gradativamente transformando-se em propriedade capitalista.

A característica de classe deste processo revolucionário, e em particular da revolução de 1640, consiste em marcar, de maneira clara, o início do processo de estabelecimento da dominação do M.P.C. por meio da *capitalização da renda fundiária*: trata-se aqui do caso característico em que se constata o funcionamento concreto dos proprietários de terras de renda fundiária. A revolução de 1640, e a sua viragem de 1688, marcam precisamente os começos da transformação de uma parte da classe da nobreza feudal em classe capitalista. Por isso, esta revolução, que é uma revolução burguesa na verdadeira acepção do termo, apresenta aparentemente um caráter

---

<sup>133</sup> Veja-se Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista* (São Paulo: Ed. Escrita, 1968).

*ambíguo*: reveste a forma de uma contradição principal entre frações da nobreza feudal, representando a burguesia comercial, já existente, um papel meramente secundário. A ambigüidade decorre, neste caso, do caráter da classe que dirige o processo revolucionário, a qual se encontra em vias de passar da nobreza feudal para a burguesia.<sup>134</sup>

Desse modo, a nobreza que vai aburguesando-se reforça o processo de acumulação capitalista e *chega a montar o aparelho de Estado para esse fim*. No que se refere à França, o atraso das relações de produção capitalista no campo levará à radicalização política da burguesia.<sup>135</sup> Aqui, a revolução será mais radicalizada pois é uma burguesia amadurecida ideologicamente que irá pôr abaixo os entraves para o seu desenvolvimento, em aliança com o campesinato, a pequena burguesia e as classes populares urbanas (*a sans-culotterie*). Como na França a revolução burguesa se dá um século mais tarde que a inglesa, onde as condições históricas para o pleno capitalismo já estariam postas, poderemos chamar esse processo como o mais “típicamente” burguês. Não é por acaso que Engels diz:

A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. [...] a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> Ver Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais* (Porto: Portucalense Ed., 1971), p. 202.

Veja-se, também, Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia* (São Paulo: Martins Fontes Ed., 1978).

<sup>135</sup> Veja-se Luis Werneck Viana, *Liberalismo e sindicato do Brasil* (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1978), p. 138.

Albert Souboul, *La Revolución Francesa* (Madri: Ed. Guadarrama, 1964); Frédéric Mauro, *História econômica mundial* (Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976).

<sup>136</sup> Cf. F. Engels, “Prefácio” para a terceira edição alemã (1885) de *O 18 brumário de Luís Bonaparte*; Karl Marx, em *Os pensadores — Karl Marx* (São Paulo: Ed. Abril, 1978), p. 327.

Podemos, assim, notar que no bojo do processo de ascensão revolucionária da burguesia, surge o espaço histórico para a ampla participação e organização das massas populares, quer no processo da guerra civil inglesa, quer no, qualitativamente mais radical, processo revolucionário francês. Evidencia-se, também, a total destruição do que restava da ordem feudal, porque a luta de classes, nessas formações sociais, assume um nítido caráter de desenvolvimento capitalista, em seu conjunto estrutural. No quadro histórico dessas revoluções, o liberalismo é, objetivamente, a expressão teórico-ideológica do momento eminentemente revolucionário de um novo modo de produção e de sua vanguarda — a burguesia.

Passemos, agora, para um segundo “caminho” do avanço das forças produtivas capitalistas, o que Lênin chamou de “via prussiana” do desenvolvimento burguês,<sup>137</sup> onde, ao contrário do ocorrido nas formações sociais de “via clássica”, temos uma burguesia que abandonou a trilha histórica da ruptura revolucionária com o feudalismo. Nessa forma social de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *junker*, demandando os camponeses a décenios inteiros da mais dolorosa expropriação.<sup>138</sup> Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário. A revolução burguesa dá lugar à reforma modernizadora, onde a nobreza *junker* se apossa do aparelho de Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização. Nesse sentido, o novo paga um grande e pesado tributo ao velho que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente. A necessidade de unificação do país e a fragilidade de sua burguesia industrial impediram-na de romper revolucionariamente com a arcaica burocracia feudal sem desencadear um grande processo revolucionário.<sup>139</sup>

<sup>137</sup> Veja-se V. I. Lênin, “El programa agrário de la social democracia en la primera revolución rusa de 1905-1907”, em *Obras completas* (Madri: Ed. Akal, 1977), tomo XIII.

<sup>138</sup> Cf. V. I. Lênin, “El programa agrario de la social democracia en la primera revolución rusa de 1905-1907”, em *Obras completas*, cit., pp. 241-242.

<sup>139</sup> Analisando o processo alemão, Lukács diz: “Com efeito, este modo de nascer a unidade econômica do país fez com que, em amplos setores